

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**RASCUNHO**

O empréstimo feito por um indivíduo em uma instituição financeira será pago em 10 prestações, anuais, consecutivas e fixas no valor de R\$ 37.600,00; a primeira será paga um ano após a contratação do empréstimo. A taxa de juros compostos cobrados pela instituição financeira nesse tipo de empréstimo é de 10% ao ano. Caso o cliente adiante o pagamento de prestação, a instituição financeira retirará os juros envolvidos no cálculo daquela prestação.

Com base nessas informações e considerando 2,4 e 1,13 como aproximações para $1,1^9$ e $1,01^{12}$, respectivamente, julgue os itens a seguir.

- 51 Se o indivíduo, no dia que tomou o empréstimo, depositar R\$ 25.000,00 em uma conta remunerada que paga 4,2% de juros simples ao mês, então, um ano após, o montante auferido com o depósito na conta remunerada, será suficiente para pagar a primeira parcela do empréstimo.
- 52 Se, no dia de pagar a primeira prestação, o indivíduo pagar também a última prestação, então, nesse caso, ele pagará menos de R\$ 55.000,00.
- 53 Se o indivíduo, no dia que tomou o empréstimo, depositar R\$ 33.000,00 em uma conta remunerada, que paga 1% de juros compostos ao mês, então, um ano após, o montante auferido com o depósito na conta remunerada será suficiente para pagar a primeira prestação.
- 54 A taxa de juros compostos de 10% ao ano é equivalente à taxa de juros compostos de 5% ao semestre.

João e Maria, com o objeto de constituir, em sociedade, uma microempresa, acordaram em depositar anualmente, cada um, R\$ 20.000,00 em uma conta remunerada que paga 10% de juros compostos semestralmente. João deveria depositar sua parte sempre no início do mês de janeiro e Maria, seis meses depois.

Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

- 55 Considere que o primeiro depósito de João tenha ocorrido no dia 10/1/2012 e o de Maria, em 10/6/2012. Nesse caso, em 10/1/2013 havia mais de R\$ 46.000,00 na conta remunerada.
- 56 Se a taxa de inflação nos primeiros seis meses após o primeiro depósito de João for de 2%, então, nesse período, a taxa real que remunera a conta na qual João e Maria fazem seus depósitos será de 8%.
- 57 A taxa de juros compostos de 10% ao semestre equivale à taxa de juros compostos de 21% ao ano.

RASCUNHO

Com o lançamento de um novo modelo de telefone celular, a cada dia i do mês de março de determinado ano, $i = 1, 2, \dots, 31$, uma loja dispunha de $4i + 324$ unidades desse aparelho para venda e vendia $40i - i^2$ unidades. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 58 Considere que, por decisão do gerente da loja, se no dia i daquele mês as vendas atingissem 400 unidades, no dia seguinte cada aparelho seria vendido com desconto de $i\%$. Nesse caso, se o preço normal de cada unidade do aparelho era de R\$ 600,00, então no dia $i + 1$, o telefone celular seria vendido por mais de R\$ 500,00.
- 59 No referido mês, em nenhum dia a loja vendeu todos os aparelhos disponíveis para venda.
- 60 Apenas algum dia depois do dia 15 daquele mês é que a loja pode dispor de 400 unidades do aparelho para venda.

A respeito de perícia, planejamento e aplicação de perícia em fases processuais, julgue os próximos itens.

- 61 O juiz deve indeferir a perícia quando ela for dispensável em vista de outras provas produzidas.
- 62 Havendo segunda perícia, esta não substitui a primeira e tem por objeto os mesmos fatos sobre os quais recaiu a primeira.
- 63 Perícia é o meio de prova destinado ao exame, à vistoria ou à avaliação de determinados fatos, que só podem ser realizados por quem possua conhecimentos específicos.

Acerca da função da perícia no processo judicial, bem como seus campos de conhecimento, julgue os itens a seguir.

- 64 A perícia contábil, um campo de conhecimento da perícia, fornece informações sobre o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas.
- 65 Um possível objeto da prova pericial é o fato alegado na inicial, que carece de exame técnico/científico para constatação.

No que se refere a exame, vistoria e avaliação, julgue os itens seguintes.

- 66 Vistoria é a inspeção realizada por perito para cientificar-se da existência de fato ou circunstância que interesse à solução do litígio, tendo por objeto, por exemplo, coisas móveis, semoventes e documentos em geral.
- 67 Avaliação é o exame pericial destinado a verificar o valor, em dinheiro, de alguma coisa ou obrigação.

Com relação ao perito oficial, aos assistentes técnicos e quesitos formulados, julgue os itens subsequentes.

- 68 Um dos requisitos para a escolha dos peritos oficiais é a comprovação de especialidade na matéria mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos.
- 69 Após a indicação, o perito tem o dever de prestar o serviço técnico, sendo remunerado por isso.
- 70 É facultado ao juiz vedar quesitos apresentados pelas partes que se mostrem ineficientes ou impertinentes.
- 71 A legislação brasileira adota o sistema de escolha do perito pelo próprio juiz.
- 72 Tratando-se de perícia complexa, a indicação de outros peritos para atuar na demanda pode ser realizada por perito já escolhido, pelo juiz, para a causa.
- 73 No caso de interesses distintos ou antagônicos, o litisconsorte é livre para indicar seu assistente técnico.

Julgue os itens a seguir, acerca dos meios de prova aceitos pelo Código de Processo Civil (CPC).

- 74 Os meios de prova aceitos pelo CPC incluem o depoimento pessoal, a exibição de documento ou coisa e a inspeção judicial.
- 75 Prova exclusivamente testemunhal não é admitida pelo CPC.
- 76 O CPC só permite os meios de prova que nele estejam especificados.

Acerca das consequências e da requisição do trabalho pericial e da estrutura do laudo pericial, julgue os próximos itens.

- 77 O laudo pericial é o relatório técnico das conclusões do perito, não lhe sendo exigida forma especial, mas respostas aos quesitos apresentados pelas partes litigantes.
- 78 O perito, por motivo legítimo, pode escusar-se da tarefa que lhe foi atribuída, desde que o faça antes do despacho que determina o início dos trabalhos periciais.
- 79 O perito que descumprir o prazo para entrega do laudo pericial sem motivo legítimo poderá ser substituído pelo juiz, que comunicará a ocorrência à corporação profissional da qual o perito faça parte para as devidas sanções administrativas, bem como poderá impor multa ao perito.
- 80 Na petição inicial não é permitido ao autor requerer perícia, cabendo-lhe, naquele documento, apenas apresentar o rol de testemunhas.
- 81 Em processo submetido a procedimento sumário, caso não haja conciliação e o réu pretenda requerer perícia, deverá apresentar petição na própria audiência, podendo apresentar, posteriormente, os quesitos a serem respondidos pelo perito.

A respeito dos prazos processuais e das características das provas judiciais, julgue os itens subsecutivos.

- 82 Após o protocolo do laudo pericial, as partes serão intimadas para que, no prazo comum de quinze dias, se manifestem a respeito do trabalho pericial.
- 83 As provas judiciais têm como função precípua o norteamo do juiz, de modo que o julgamento seja o mais justo possível.
- 84 As provas judiciais devem possuir somente elementos objetivos, que são os próprios fatos.
- 85 Com a nomeação do perito, as partes serão intimadas para apresentar no prazo comum de dez dias seus quesitos e seus assistentes técnicos.

Acerca de direito coletivo e direito processual coletivo do trabalho, julgue os itens de 86 a 90. Nesse sentido, considere que as siglas TST e CLT, sempre que empregadas, referem-se, respectivamente, a Tribunal Superior do Trabalho e Consolidação das Leis do Trabalho.

- 86 Cabe ao Estado conceder autorização para a fundação de sindicato e para o seu registro em órgão competente.
- 87 De acordo com o entendimento do TST, a norma coletiva integra o contrato individual de trabalho, podendo ser suprimida ou modificada apenas mediante negociação coletiva de trabalho.

88 A estabilidade concedida a empregado sindicalizado, prevista na CLT, inicia-se com a posse da chapa vencedora no processo eletivo e finda-se após um ano do término do mandato.

89 Os sindicatos podem organizar-se em federação desde que somem, no mínimo, cinco e representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas.

90 É da justiça especializada do trabalho a competência material para apreciar demandas cujo litígio tenha como objeto representação sindical.

Julgue os próximos itens, referentes a direito individual do trabalho.

91 A provocação da comissão de conciliação prévia interrompe o prazo prescricional.

92 Segundo entendimento do TST, a faculdade do *jus postulandi* abrange apenas as demandas em tramitação nas varas do trabalho, não se estendendo a recurso, ação rescisória, ação cautelar e mandado de segurança.

93 Nas demandas em tramitação no procedimento sumaríssimo, admite-se recurso de revista somente na hipótese de ofensa direta à Constituição Federal de 1988 (CF) e contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST.

94 De acordo com a CLT, garantida a execução ou penhorados os bens, tanto o exequente quanto o executado poderão embargar a execução.

95 Excetuando a hipótese de constar, expressamente, ressalva no termo de conciliação, o acordo realizado no âmbito da comissão de conciliação prévia tem eficácia liberatória geral.

Com base na CLT e na jurisprudência do TST, julgue os próximos itens, referentes a direito material e processual do trabalho.

96 Para a instauração de inquérito de apuração de falta grave contra empregado estável, é imprescindível a suspensão desse empregado.

97 Tanto a nulidade relativa quanto a absoluta podem ser pronunciadas de ofício.

98 É possível a propositura de ação de cumprimento, mesmo que não haja o trânsito em julgado da sentença normativa.

99 No processo do trabalho, a execução ocorrerá com a provocação das partes, não podendo ser iniciada de ofício.

100 Em caso de conflito entre as regras processuais previstas na CLT e as previstas no CPC, prevalecerá, de forma soberana, a segunda, dado se tratar de norma mais específica.

101 A ausência de defesa na ação rescisória não produz os efeitos da confissão.

102 Caberá recurso ordinário apenas em decisões definitivas ou terminativas dos tribunais regionais do trabalho, nos processos de sua competência originária em demandas de dissídios individuais.

Julgue os itens que se seguem, à luz das legislações que regulam as relações de trabalho e emprego.

- 103** A relação contratual estabelecida entre uma instituição sem fins lucrativos e uma pessoa física prestadora de serviços, que cumpre diretamente as ordens da instituição durante cinco dias na semana, não poderá ser considerada empregatícia, ainda que essa pessoa física receba contraprestação pelos serviços prestados.
- 104** O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que ele tenha participado da relação processual e conste do título executivo. Responderão da mesma forma os entes da administração pública direta e indireta, caso evidenciada sua conduta culposa no cumprimento da obrigação de fiscalizar o adimplemento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora.
- 105** O contrato por prazo determinado, em virtude de atividade empresarial de caráter transitório, não poderá exceder a um ano para ser considerado válido.
- 106** Ao aprendiz, salvo condição mais favorável fixada no contrato de aprendizagem, é garantido o pagamento do valor equivalente ao salário mínimo mensal nacionalmente unificado.
- 107** O direito ao exercício constitucional de greve é facultado quando frustrada a negociação coletiva.
- 108** Considera-se abuso de direito de greve a não observância do lapso temporal mínimo de setenta e duas horas de antecedência da paralização, na hipótese do movimento paralista ter como foco atividade essencial.
- 109** Os direitos constitucionais assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais incluem o salário-família, pago em razão de dependente do trabalhador de baixa renda, e o repouso semanal remunerado.

Com base na jurisprudência do TST e na legislação pertinente, julgue os itens de **110 a 116**, referentes a relação de emprego.

- 110** No caso de paralização temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal ou, ainda, pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável.
- 111** Atendidas as circunstâncias fáticas e legais, o empregado pode requerer a equiparação de seu salário ao de outro indicado como paradigma. Deve-se observar, no entanto, que, conforme a jurisprudência dominante, a cessão de empregados exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.
- 112** Durante a suspensão contratual, o empregado deixa temporariamente de prestar serviços ao empregador, e este, por sua vez, susta o pagamento dos salários. Como exemplo de suspensão do contrato de trabalho, cita-se a aposentadoria por invalidez.

- 113** Nos termos da CLT, em caso de demissão coletiva, comprovada a falsa alegação de motivo de força maior que ensejou a demissão, é garantida a reintegração a todos os empregados demitidos.
- 114** O contrato de trabalho poderá ser rescindido por justa causa pelo empregador nos casos de violação de segredo da empresa e de condenação do empregado por furto em decisão transitada em julgado, caso não tenha havido a suspensão condicional da pena.
- 115** Despedida indireta é entendida como a situação em que o empregado poderá considerar rescindido o contrato por culpa do empregador, o que poderá ocorrer quando o empregado for tratado por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo. Nessa situação, o empregado terá direito ao recebimento de 50% do valor do aviso prévio e do décimo terceiro salário.
- 116** No que tange à alteração do contrato individual do trabalho, havendo mútuo consentimento expresso, a alteração sempre será lícita, salvo no caso de determinação do empregador para que o seu respectivo empregado reverta a cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança, por ser este ato considerado alteração unilateral do contrato.

Com base na interpretação sumulada do TST, na CF e nas normas da CLT, julgue os itens a seguir.

- 117** A empregada gestante não pode ser imotivadamente demitida no período compreendido entre a confirmação da gravidez e até seis meses após o parto, o que caracteriza estabilidade provisória. Admite-se ainda estabilidade à adotante por aplicação analógica da lei, porém, nessa situação, será por período proporcional a idade do adotado.
- 118** Uma vez ultrapassada rotineiramente a jornada de trabalho habitual de seis horas, há entendimento sumulado no sentido de que é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, o que obriga o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruída como extra, acrescido do respectivo adicional.
- 119** O descumprimento das regras atinentes à estabilidade que ocasione a demissão imotivada do trabalhador estável pode acarretar a sua reintegração ao emprego. Não será, porém, assegurada a reintegração no emprego se exaurido o período da estabilidade, ocasião em que serão devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade.
- 120** Conforme entendimento sumulado do TST, o empregado submetido a contrato de trabalho por prazo determinado não goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho.